Ensino Fundamental: especificidades e desafios

A ampliação do Ensino Fundamental, a partir da Lei n.º 11.274/06, provocou discussões e desafiou a escola a se reorganizar e a se reinventar, considerando as crianças de seis anos que passaram a frequentá-la. Em 2007, no Departamento de Ensino Fundamental da Rede Municipal, constituiu-se o grupo gestor do BIA (Bloco Inicial de Alfabetização – 1.º, 2.º e 3.º anos escolares) que buscava acompanhar e assessorar as escolas, discutindo e problematizando as práticas de alfabetização, instigando a reorganização da escola em seus tempos e espaços, considerando as crianças que chegavam, bem como as que já frequentavam a escola.¹⁶

A versão de 2008 da Proposta Curricular trazia a discussão sobre *alfabetização* e *letramento* e indicava a necessidade de reorganização escolar, considerando a singularidade da infância, a brincadeira e a expressão, o desenvolvimento das crianças. Em termos de organização da instituição escolar para acolhimento das crianças de seis anos naquele momento, foram instalados parques infantis nas unidades educativas do Ensino Fundamental, adquiridos jogos, livros de literatura infantil e materiais didáticos para contemplar a nova realidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Entende-se, porém, que tais reflexões ainda não estão esgotadas, necessitando ser retomadas e revisitadas pelos/pelas profissionais que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois essa é uma etapa de continuidade da Educação Infantil e que requer delineamento considerando o *continuum* do processo formativo. Ambas as etapas envolvem cuidado e atenção, a seriedade e o riso, mas, no Ensino Fundamental, diferentemente da Educação Infantil, há especificidades que precisam ser consideradas para que a criança possa seguir seu percurso aprendendo e se desenvolvendo, ampliando seu repertório cultural. Para isso é essencial conhecer e considerar os sujeitos da aprendizagem. Assim, sempre é importante refletir: O que mudou nas escolas a partir da chegada das crianças de seis anos? Que modificações foram realizadas para acolher e considerar a infância no Ensino Fundamental? As crianças são ouvidas, participam do processo? Como? Quais espaços e tempos são criados de forma que as crianças possam viver sua infância? As crianças têm possibilidade de interagir por meio da brincadeira

¹⁶ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) a infância se circunscreve ao período de 0 aos 12 anos.

na escola? Que momentos elas têm para brincar? O que se compreende por *brincadeira* na escola? Como as diferentes Áreas do Conhecimento incorporaram a especificidade da infância?

Essas são questões que precisam ser problematizadas e consideradas na organização e no planejamento das ações pedagógicas nos primeiros anos da escolaridade, de modo que as crianças possam aprender sem deixar de viver a sua infância. A escola precisa conhecer as crianças, e seu complexo acervo linguístico, intelectual, expressivo, emocional, enfim, as bases culturais que as constituem como tal.

Sob essa perspectiva, é preciso que se reconheçam as crianças no Ensino Fundamental como sujeitos de cultura e história, concebendo-as como sujeitos sociais, que se desenvolvem na linguagem e se apropriam de conceitos também no brincar. As relações interativas e de aprendizado, portanto, também precisam constituir-se nessa relação entre os sujeitos, em práticas sociais delineadas com base em uma pedagogia da escuta e de intencionalidade pedagógica que respeite as crianças na sua infância, como sujeitos sociais.

A criança precisa ser entendida como um sujeito no seu presente, considerando que, como criança ela já participa da história e vivencia seu tempo de infância, independentemente do amanhã. Vive, experiências lúdicas, estabelece interações com outras crianças e adultos, assume personagens, brinca, aprende e se desenvolve. A singularidade desse período da vida, tão caro à Educação Infantil, precisa ser afirmada também nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo presente o trabalho com crianças que requerem respeito a sua singularidade no processo de aprendizagem tomado sob uma perspectiva emancipadora.

A escola se reconhece como esse espaço de ampliação das interações dos sujeitos que dela fazem parte, alargando a sua inserção no mundo, de forma que possam se constituir como sujeitos sociais e individuais, ativos e autônomos. É preciso ir tecendo essa rede de significados no delineamento de um paradigma pedagógico mais emancipador, pois a apropriação dos conhecimentos sistematizados educa e humaniza os sujeitos, em sua plenitude.

O Foco na *Alfabetização*

Nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, a questão central é a alfabetização, pois a apropriação da linguagem escrita garantirá ao/à estudante a possibilidade de continuar aprendendo e se desenvolvendo. A consolidação do processo de alfabetização, até o terceiro ano do Ensino Fundamental, responde à quinta meta do Plano Nacional de Educação (PNE) que determina para o decênio 2014-2024: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3.º ano do ensino fundamental”.

Sob uma base vigotskiana, compreende-se possível alfabetizar crianças pequenas, desde que o ensino seja organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessárias a elas, que ler e escrever tenham sentido, sejam relevantes à vida. Assim considerando, o desenhar e o brincar, entre outras linguagens, constituem importantes precursores do processo de aprendizagem da modalidade escrita da língua e precisam ser considerados nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Desde o início de sua vida escolar, importa que as crianças estejam em contato sistemático com a escrita, em textos nos diferentes gêneros do discurso, característicos de cada esfera da atividade humana. Nessa imersão na cultura escrita, elas vão refletindo sobre o sistema de escrita alfabética, brincando com as palavras (poemas com rimas, parlendas, entre outros gêneros do discurso), aprendendo a ler e escrever por meio dos usos sociais da escrita. Trata-se de um processo que busca provocar nelas o desejo de ler e as desafia a escrever, mesmo que o façam de modo distinto das convenções ortográficas.

A expectativa é que, ao final do primeiro ano, *todas as crianças* tenham ampliado suas vivências com a escrita e aprendido que o sistema de escrita tem vínculos com os fonemas. Esse é um aprendizado fundamental para que elas possam seguir no processo escolar de alfabetização.

Como o ponto de partida delas não é o mesmo, algumas poderão se alfabetizar mais precocemente do que outras. O importante aqui é que *todas estejam incluídas* nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, comunicando-se oralmente de maneira articulada, demonstrando interesse por artefatos da cultura escrita e expressando-se pelo desenho e pela grafia.

Para acompanhar e avaliar esse processo, deve-se guardar registros gráficos (desenhos, produções escritas) do início do ano escolar e de etapas posteriores, ou seja, de diferentes períodos da iniciação no percurso escolar, documentando momentos distintos do processo de desenvolvimento e, especificamente, de alfabetização de cada criança, analisando e identificando demandas de ensino que vão surgindo.

A ampliação do tempo escolar para a apropriação da modalidade escrita da língua busca justamente contemplar os diferentes ritmos de aprendizagem das crianças, sem

marcar as diferenças, como 'atraso' ou 'dificuldades de aprendizagem', mas assegurar a continuidade do processo. Importante lembrar que é um processo, que a aprendizagem – mesmo se dando a partir do ensino – não é necessariamente concomitante a ele.

O que define o trabalho docente nos 2.º e 3.º anos escolares é a continuidade da aprendizagem na relação com o desenvolvimento alcançado pela criança. O foco é a apropriação do sistema de escrita alfabética, garantindo o avanço no processo de alfabetização. Para isso, é fundamental o planejamento de atividades de análise e reflexão sobre a língua, sempre decorrentes de um contexto de interlocução, o que, na alfabetização, demanda fazer-se entender pela escrita, conseguir interagir escrevendo e compreender o que foi escrito pelo outro por meio da leitura.

Na medida em que as crianças compreendem o sistema de escrita alfabética, bem como a sua função social, que se estabelece em uma relação interlocutiva, dialógica, pode-se aprofundar a análise e a reflexão sobre a língua. Tal análise deve estar a serviço da textualização, da constituição da autoria e não o contrário. Assim, pode-se avançar para questões ortográficas, de pontuação e de reestruturação de textos, sempre em função da interação que ocorre entre sujeitos pela modalidade escrita. Ao final do 3.º ano escolar, as crianças deverão ter se alfabetizado, interagindo com o outro pela escrita, sem necessitar explicar o que escreveram para serem entendidas.

Considera-se, pois, que as crianças chegarão ao 4.º ano escolar dominando o sistema de escrita alfabética, sabendo ler e escrever com autonomia, porém com necessidade de melhorar sua escrita pelo domínio das convenções ortográficas, progredindo na estruturação de textos pela organização de parágrafos e pontuação adequada e, na leitura, aprimorando suas possibilidades de interpretação de textos de complexidade crescente. Assim, consolidar o domínio da modalidade escrita da língua é o objetivo principal do 4.º e 5.º anos escolares.

A imersão na cultura escrita como Eixo Transversal do currículo

O currículo que contempla uma formação humana integral e contínua de crianças e adolescentes precisa contemplar, em seu percurso de implementação, a imersão na cultura escrita, um dos eixos desta Proposta Curricular, conforme mencionado anteriormente. A apropriação do conhecimento envolve interação com o outro e, assim, será permeada por textos nos diferentes gêneros do discurso nas diversas Áreas do Conhecimento com seus objetivos de ensino e de aprendizagem.

Percebe-se assim, a escola como espaço de vivência de situações intensas e contínuas de leitura e escritura, em função dos objetivos das diferentes Áreas do Conhecimento, mas que tem também como horizonte o compromisso comum com a formação de sujeitos imersos nas diferentes manifestações da cultura escrita, que não tenham restrição para ler e interpretar textos de complexidade crescente e que consigam se colocar por meio dessa modalidade da língua nas suas ações práticas do cotidiano.

A formação crítica que se objetiva com os enfoques desta Proposta Curricular, busca a transformação social, demanda um percurso que privilegie a formação do sujeito leitor e escritor/autor, dos Anos Iniciais aos Anos Finais do Ensino Fundamental, numa progressão de desenvolvimento intelectual e formação cidadã. Para garantir esse *continuum* do processo educativo, cada ano escolar é fundamental. Como peça chave de um mosaico em delineamento, cada ano escolar se constitui num diferente e insubstituível momento da vida da criança e do/da adolescente.

Os quatro anos finais do Ensino Fundamental, vivenciados por crianças e adolescentes,¹⁷ considerada a pluridocência, conferem, a esta nova fase escolar, outros desafios. O primeiro deles é a necessidade de acompanhamento na transição dos/das estudantes do 5.º ao 6.º anos, os quais terão intensificação de demandas, com a ampliação da quantidade de professores/as.

Os/As estudantes, nessa fase, passam por mudanças corporais e de personalidade bastante significativas, pois estão entrando na adolescência; sendo assim, a dimensão lúdica, por exemplo, que até então era um dos eixos do processo, nesta etapa precisa

¹⁷ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069 de 13/07/1990), adolescente é o indivíduo que se encontra entre a faixa etária de doze e dezoito anos de idade.

acompanhar as mudanças e os interesses dessa faixa etária, bem como todas as outras dimensões: estética, afetiva e social.

Projetos articulados ou interdisciplinares aparecem como o segundo desafio, um caminho necessário, porém não o mais fácil, isso porque, do ponto de vista do/da professor/a formado/a numa área específica, entrar numa turma e “dar” aula sobre determinado assunto de seu Componente Curricular seria cumprir com seu dever. Uma das questões a serem discutidas aqui, no entanto, é que *não há ensino se não ocorrer aprendizado* e para isso é preciso vivenciar aulas com os/as estudantes de modo que tal aprendizado se consolide.

A formação humana integral é questão fundante do currículo do Ensino Fundamental e, nesse sentido, é preciso romper com a visão conteudista de ensino. Importa que o ensino se reconfigure em problematização, questionamento, elaboração e reelaboração de conceitos, assegurando a formação de sujeitos intelectualmente ativos, atuantes, críticos no enfrentamento dos desafios do seu tempo.

Como espaço de trabalho coletivo, a escola demanda compartilhamento de objetivos, discussão de ideias, de conteúdos, práticas pedagógicas e busca de articulações possíveis entre as diferentes Áreas e dentro delas mesmas. Nesse sentido, é preciso problematizar: Quais procedimentos e atitudes se pretendem ensinar e garantir, ao mesmo tempo em que se ensinam os conceitos de cada Área do Conhecimento, em cada ano escolar, numa continuidade da formação? Questões pensadas e debatidas entre os/as professores/as, que juntos definem objetivos e ações articuladas, vão se delineando e se constituindo em práticas interdisciplinares.